

Referência e termos singulares

Carlos E. Caorsi*

Tradução: Itamar Luís Gelain**

1 Delimitação do problema¹

Entre os supostos existenciais assumidos pela lógica clássica se encontra o de que todo termo singular deve ser denotativo. O referido suposto se expressa em teoremas como:

$$Fa \rightarrow (Ex) Fx$$

$$(x)Fx \rightarrow Fa$$

Não obstante, parece claro que a declaração de que todo termo singular deve ser denotativo não tem um caráter lógico. De modo que se não existem razões lógicas para não admitir termos singulares não denotativos parece que devemos encarar o problema de como enfrentá-los uma vez admitidos na linguagem da lógica. Em particular, nos interessará aqui o caso em que esses termos singulares não denotativos são entendidos como sujeitos de orações.

Segundo Haack (1980) é possível agrupar os distintos tipos de respostas que têm sido dadas ao referido problema nas seguintes estratégias:

1) Excluir as sentenças refratárias (aquelas que têm termos singulares não denotativos no lugar do sujeito) do alcance da lógica. (Estratégia do *não item*).

2) Traduzir as sentenças refratárias ao formalismo de modo que sejam acessíveis ao tratamento formal. (Estratégia da *forma enganosa*).

3 Modificar a lógica a nível do cálculo de predicados.

4 Modificar a lógica a nível do calculo proposicional.

* Retirado de Carlos E. Caorsi (Ed.). *Ensayos sobre Strawson*. Universidad de la República/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Montevideo, 1992, p. 55-71.

** Doutorando em Filosofia pela UFSC. E-mail: itamarluis@gmail.com.

¹ Para desenvolver este artigo segui em grande medida as exposições feitas por Haack (1980) e (1982).

Destas estratégias, a 1) é assumida por Frege (1892) e por Strawson (1950); a 2) por Russell (1905); enquanto que a 4) é assumida por Strawson (1952) e (1964).

2 A solução de Frege

Em (1892) Frege adota a estratégia de tipo (1) que consiste em não admitir termos singulares não denotativos na linguagem da lógica e das matemáticas. Para isto, porém, é insuficiente garantir uma denotação para cada termo singular que se introduz na linguagem, isto é, negar-se a admitir termos singulares não denotativos, uma vez que, ainda nesse caso, seria possível construir, com expressões já pertencentes à linguagem, termos singulares que carecem de denotação. Isso se torna mais claro se distinguimos na linguagem entre termos singulares simples como “João”, “2”, etc., e termos singulares compostos como “O filho maior de João”, “A raiz quadrada de 2”, etc., que estão formados pelo nome “João” e o functor “O filho maior de ...” e o nome “2” e o functor “A raiz quadrada de ...” respectivamente.

Embora seja possível recusarmos admitir em nossa linguagem um nome que careça de denotação, não é possível fazer o mesmo com aqueles termos singulares compostos por funtores e nomes já admitidos. Assim, por exemplo, suponhamos que haja uma pessoa que se chama João e não tem filhos. Neste caso, “João” é um nome que tem denotação, mas “O filho de João”, construído a partir deste e do functor “O filho de”, carecerá de denotação; ou também a partir do termo singular denotativo “-2” podemos construir “A raiz quadrada de -2” que carece de denotação.

Uma vez que reconhecemos a possibilidade de construir estes tipos de termos, devemos fornecer algum mecanismo que permita atribuir uma denotação a todos os termos que não a tem. Para levar isto a cabo, Frege propõe atribuir uma denotação artificial (por exemplo, o zero) a todo termo singular não denotativo.

Embora inquestionável do ponto de vista formal, este modo de proceder é considerado muito artificial por alguns autores como Russell.

3 A solução de Russell

Em (1905) Russell adota uma estratégia do tipo (2) que consiste em sustentar que as expressões que contêm descrições definidas como sujeito

lógico não são, na realidade, da forma sujeito-predicado. Além disso, sustenta que as descrições definidas são termos singulares apenas na aparência, sendo, na realidade, o que ele chama expressões incompletas, isto é, expressões que carecem de significado, mas que contribuem para o significado total dos enunciados nos quais ocorrem. Isto é evidente, na opinião de Russell, na medida em que, uma vez que os enunciados que contém descrições definidas como sujeito e que tem aparentemente a forma sujeito-predicado são reescritos mostrando sua verdadeira forma lógica, o suposto termo singular desaparece.

Assim,

O atual rei da França é calvo

que representamos em nossa linguagem por

(a) $G (i x)Fx$

onde $G = \text{é calvo}$ e $F = \text{é o rei da França}$, apesar de ter aparentemente a forma sujeito-predicado, é um enunciado existencial do tipo

(b) $(\exists x) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y).Gx)$

que poderíamos ler como: Existe um x que é o atual rei da França e para todo y se y é o atual rei da França x é idêntico a y e x é calvo. Ou, mais informalmente: Há um e somente um rei da França e é calvo.

Como se pode ver em (b) não aparece o termo singular “ $(ix)Fx$ ” que figurava como sujeito em (a).

Contudo, como se pode ver facilmente (b) implica logicamente o enunciado

(c) $(\exists x)F$

e, portanto, (a) implica logicamente (c). De acordo com isso, quem afirma que o atual rei da França é calvo está afirmando, por sua vez, que existe um rei da França. Deste modo, se não há um rei da França, ou seja, se o termo é não denotativo, o enunciado é falso e o problema dos enunciados com termos não denotativos como sujeitos é resolvido. Todo enunciado que tenha um termo não denotativo no lugar do sujeito é falso.

Porém, de acordo com esta interpretação, a negação de (a), a saber,

$$\neg G(i\ x)Fx$$

é ambígua porque pode significar tanto a afirmação de que há um rei da França e que não é calvo como a negação de que há um rei da França e, portanto, que seja calvo. Estas duas situações seriam representadas respectivamente por:

$$(d) (Ex) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). \neg Gx)$$

e

$$(e) \neg(Ex) (Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). Gx)$$

que Russell se encarregou de distinguir utilizando em *Principia Mathematica* o recurso de prefixar o termo descritivo à expressão para esclarecer deste modo seu alcance. Assim a notação correspondente a (d) seria:

$$(d') (i\ x\ Fx) \neg G((ix) Fx)$$

e a correspondente a (e):

$$(e') \neg(ix\ Fx) G((ix)Fx).$$

4 As críticas de Strawson a Russell

Em (1950) Strawson submete à crítica a proposta de Russell. Seus argumentos contra Russell podem ser resumidos da seguinte maneira:

Argumento 1: (Baseado no fato de que Russell não distingue entre tipos, tipos de usos e tipos de proferimentos). Como Russell não distinguiu uma expressão (tipo) de seu uso (tipo de uso) pensou que se a expressão era significativa deveria existir o objeto, ao qual fazia referência. Mas enquanto ser significativa é uma característica das expressões, referir é uma característica de seus usos. De acordo com isto pode haver uma expressão como, por exemplo, “O atual rei da França”, que seja significativa mesmo quando com os usos que podemos fazer agora dela não conseguimos fazer referência.

E, do mesmo modo, ao não distinguir entre uma oração (tipo) e o uso de uma oração (tipo de uso) Russell pensou que se a oração era significativa deveria ser verdadeira ou falsa. Mas, como o que pode ser significativo são as orações e o que pode ser verdadeiro ou falso são os seus usos, uma oração como “O atual rei da França é calvo” pode ser significativa ainda quando o uso que fazemos dela não seja nem verdadeiro nem falso.

Nesta última afirmação subsiste uma ambigüidade a respeito de se devemos entender que o uso desta expressão produz um enunciado ou não. O modo de entender esta ambigüidade dá lugar a seguinte ramificação do Argumento 1:

Argumento 1(a): Em (1950) Strawson se refere ao uso da oração “O rei da França é calvo” em uma ocasião em que não há rei da França como um uso ilegítimo, o que parece sugerir que com o mesmo não é possível fazer um enunciado. De modo que, de acordo com a colocação na referida passagem, a solução proposta por Strawson consistia em sustentar que o uso de expressões cujo sujeito é um termo singular não denotativo não configura um enunciado e, portanto, não deve ser objeto da lógica, que se ocupa unicamente de enunciados. Esta solução seria do tipo (1), ou seja, do tipo que Haack (1980) denominou do *não item*.

Argumento 1(b): Em (1952) e (1964), ao desenvolver o que aqui chamaremos de Argumento 2 (ver o argumento 2 mais adiante), Strawson, quando analisa as relações existentes entre enunciar que o atual rei da França é calvo e a existência do rei da França, assinala que:

1) A relação entre o enunciado “O atual rei da França é calvo” e o enunciado “Existe um rei da França” não é de implicação lógica, senão de pressuposição.

2) Um enunciado E pressupõe outro enunciado E’ se e somente se a verdade de E’ é condição necessária para a verdade de E. De modo que se E’ é falso, o enunciado E não será verdadeiro nem falso.

É importante assinalar que a relação de pressuposição é definida aqui como uma relação entre enunciados e não entre orações e que, portanto, se afirmamos 1), como o faz Strawson, devemos admitir que o uso de “O atual rei da França é calvo” constitui um enunciado ainda quando não há rei da França. No entanto, como se infere disso, diferentemente do que é sustentado em 1(a), o uso da oração “O atual rei da França é calvo”

em uma ocasião na qual não existe um rei da França constitui um enunciado que não é nem verdadeiro e nem falso. Mas, se, como acabamos de ver, a resposta é que se produz um enunciado, como parece emergir de Strawson (1952) e (1964), então a proposta de Strawson ficaria compreendida dentro das do tipo (4).

Argumento 1(c): Finalmente, e embora isso não constitua um argumento propriamente dito, em (1964) Strawson parece sugerir que isto não é necessariamente assim. A respeito disso afirma:

Assim, poder-se-ia supor que qualquer um que rejeitasse o ponto de vista de que a teoria das descrições oferece uma análise geral adequada, ou uma explicação do funcionamento das descrições definidas, ver-se-ia obrigado, em virtude desta rejeição, a adotar incondicionalmente a teoria da lacuna veritativa e a rejeitar incondicionalmente a teoria da falsidade no caso de falha radical de referência. A distinção entre referência identificadora e asserção existencial é completamente inegável. *O sentido no qual a existência de algo que responde a uma descrição definida usada com o propósito de fazer uma referência identificadora, e sua suscetibilidade de ser distinguida de qualquer coisa por uma audiência determinada, se pressupõe e não se assevera, num proferimento que contém tal expressão usada deste modo, se mantém absolutamente firme, escolha-se ou não o ponto de vista de que uma falha radical de pressuposição atribuiria ao enunciado valor de verdade.* (Strawson, 1964, p.101. O itálico é nosso).

Parece decorrer desta passagem uma afirmação de independência entre dois problemas que até o momento haviam sido tratados juntos: o problema *pressuposição/afirmação*, por um lado, e o problema *lacuna veritativa/valor de verdade*, por outro.

Argumento 2: (Baseado em indicar que “O rei da França é calvo” não tem como consequência lógica “Existe o rei da França”), Russell supôs erroneamente que afirmar que o rei da França é calvo era afirmar, por sua vez, que há um rei da França. Fato que se expressa em que, da análise proposta por Russell de “ $G((\exists x)Fx)$ ”, a saber “ $(\exists x)(Fx.(y)(Fy \leftrightarrow x=y). Gx)$ ” se segue logicamente “ $(\exists x)Fx$ ”. Não obstante, a relação que existe entre “O rei da França é calvo” e “Existe o rei da França” é um tipo essencial de implicação que não deve confundir-se com a implicação lógica. Em virtude disto, quem afirma que o rei da França é calvo não está afirmando que existe um rei da França. Aqui volta a se apresentar uma situação ambígua,

uma vez que não fica claro que tipo de implicação é a que existe entre estes dois enunciados. Nos textos de Strawson aparecem ao menos dois modos de tratar a referida ambiguidade, o que bifurca o argumento 2 nos dois seguintes:

Argumento 2(a): Esta ambiguidade é solucionada em (1952) quando Strawson adota a definição de pressuposição de Frege. Segundo esta definição, como já assinalamos, um enunciado E pressupõe outro enunciado E' quer dizer que a verdade de E' é uma condição da verdade ou falsidade de E. A relação de pressuposição tal como se coloca aqui é uma relação entre enunciados e, portanto, de acordo com a mesma, quem diz: "O atual rei da França é calvo" está com isso fazendo um enunciado. Este fato contradiz a proposta feita em 1(a), de acordo com a qual o proferimento: "O atual rei da França é calvo", na medida em que produzia uma falha referencial configurava um uso ilegítimo e, portanto, não dava lugar a um enunciado. Com isso vemos que a proposta de Strawson se deslocou da estratégia do não item para uma estratégia do tipo (4), como já assinalamos ao desenvolver 1(b).

Argumento 2(b): Por outro lado em (1964) a proposta a propósito da ambigüidade anterior volta a ser pouco clara. Isto se produz como resultado de que Strawson admite, como assinalamos acima, que o "O rei da França é calvo" não tem que carecer de valor de verdade quando não se cumprem as condições de existência e unicidade. Mas isto, sem dúvida, não pode sustentar-se sem contradizer a definição de pressuposição de (1952). Com efeito, parece que Strawson adota agora uma caracterização da pressuposição em termos das intenções do sujeito. Assim, em (1964) pp.95-96 afirma:

A tarefa da referência identificadora se define em termos de um tipo de intenção do falante que elimina a atribuição, ao falante, da intenção de dar a conhecer a informação em questão acerca da existência e unicidade. Tudo isto se pode dizer de maneira perfeitamente natural de outros modos. Assim, que exista um elemento particular ao qual se aplica o nome ou a descrição e que, se não é único neste aspecto, satisfaça alguma condição de unicidade conhecida pelo ouvinte (e satisfaça alguma condição de unicidade conhecida pelo falante), não é parte do que o falante assevera num proferimento no qual o nome ou descrição é usado para realizar a função de referência identificadora; trata-se, antes, de uma pressuposição do fato de que se assevera o que se assevera. (O itálico é nosso).

Contudo, creio que estas caracterizações mais pragmáticas da pressuposição, na media em que apelam para a intenção do falante, estão muito longe, em precisão e clareza, da proposta de (1952), o que não deixa de ser uma perda lamentável.

5 Observações sobre as críticas de Strawson

Observação (1) a 1(a): Como já assinalou Russell (1959), a força deste argumento reside em que expressões como “O atual rei da França”, que contém termos egocêntricos, podem dar lugar a referências diferentes em diferentes ocasiões de uso, coisa que não acontece por exemplo com “O rei da França em 1789”. No caso desta última expressão todos os usos têm a mesma referência, assim a diferença entre uso e oração não parece tão decisiva para a argumentação.

De acordo com Strawson, na medida em que é a expressão que é significativa, são seus usos que têm referência ou carecem dela. Mas, o que entende Strawson por ser significativo? Dar o significado de uma oração é, segundo Strawson, dar as diretrizes gerais para seu uso ao fazer asserções (enunciados) verdadeiras ou falsas. De acordo com isto, que uma oração seja significativa “é o mesmo que o fato de que possa ser usada corretamente para falar de algo e que ao usá-la assim alguém fará uma asserção verdadeira ou falsa” ((1950) em Strawson (1983), p.21).

“O fato de que a oração e a expressão respectivamente sejam significativas é precisamente o fato de que a oração poderia ser usada em determinadas circunstâncias para dizer algo verdadeiro ou falso e de que a expressão poderia ser usada em certas circunstâncias para mencionar uma pessoa particular...” (Idem., p.23).

O que não deixa de ser pouco claro nestas definições de significado e significatividade é o alcance de “*poderia*” que parece desempenhar um papel capital nas mesmas. Consideremos a oração:

(I) O rei do Uruguai é calvo.

Sem dúvida, não existiu nenhuma circunstância e é sumamente improvável que chegue a existir alguma circunstância na qual (I) possa ser usada para dizer algo verdadeiro ou falso. E do mesmo modo a respeito de que o termo singular “O rei do Uruguai” pode ser usado para mencionar

uma pessoa particular. Todavia, parece que Strawson não está de acordo em considerar (I) como não significativa. A propósito disso Strawson assinala ((1952), p.85) que deve ser possível descrever ou imaginar circunstâncias nas quais a expressão seja aplicável. Claro está que poderíamos imaginar circunstâncias nas quais (I) seria um enunciado verdadeiro. Não obstante, a noção mesma de imaginável é menos precisa que a de possível. Neste ponto, parece que a diferença entre a caracterização do significado entre Russell e Strawson residiria em que, enquanto para Russell um termo singular é significativo se e somente se há um objeto que é sua denotação, para Strawson um termo singular é significativo se e somente se há um *objeto possível* que é sua denotação.

Observação (2) a 1(a): Em (1980) Haack assinala que o argumento que chamamos 1(a) que tem a seguinte forma:

1) O uso de uma sentença cujo termo sujeito não é denotativo é ilegítimo e não constitui um enunciado;

2) mas a lógica se refere a enunciados de modo que tais sentenças estão fora do alcance da lógica;

necessita apoiar-se em duas premissas que não estão em sua opinião suficientemente fundamentadas. Estas premissas são:

P.1) A lógica somente se ocupa de enunciados.

P.2) Os usos de sentenças de referência sem denotação não constituem enunciados

A fundamentação de P.1, totalmente insuficiente na opinião de Haack, é que não podemos atribuir valores de verdade às sentenças porque se pudéssemos atribuir valores de verdade teríamos que admitir que elas podem mudar de valor. Isto não é suficiente – assinala Haack – para provar que as sentenças não podem ser verdadeiras ou falsas e menos ainda que a lógica deve ocupar-se unicamente de itens portadores de valores de verdade.

Por sua vez, a fundamentação de P.2, tem dois passos:

Passo (I): Destinado a mostrar que a expressão “O rei da França é calvo” é uma referência sem denotação uma vez que não há rei da França. A motivação para esta postura nasce – observa Haack – de uma concepção da referência de acordo com a qual *uma condição necessária para uma referência adequada é que se empregue uma expressão com denotação*. Em (1964), p.97, Strawson afirma:

Poderia acontecer que não houvesse nenhum elemento particular ao qual o falante considera que está se referindo, que o que ele e talvez também a sua audiência considera que é conhecimento identificador de um elemento particular não seja conhecimento identificador, senão uma crença completamente falsa. Isto não é mais que um caso do que se poderia chamar sem controvérsia de uma falha radical de pressuposição de existência da referência identificadora.

Passo (II): O segundo passo é argumentar que alguém que no uso de uma sentença não faz referência, faz um uso ilegítimo desta sentença. A motivação para supor que um uso ilegítimo de uma sentença não é um enunciado em absoluto, parece surgir, segundo Haack, do fato de que o contexto característico dos casos de uso ilegítimo do paradigma de Strawson não são afirmações e, uma vez que Strawson parece usar em (1950) “enunciado” e “afirmação” de modo intercambiável, isso leva a uma conclusão de que um uso ilegítimo de uma sentença não é um enunciado (Haack, 1980, p.134). Porém, acrescenta Haack, esta linha de pensamento é inaceitável. Não há razão pela qual a expressão “O rei da França é calvo” não deve dizer-se afirmativamente, por exemplo, por um francês monárquico ou por alguém que acreditasse que Pômpidou era Rei.

Observação a 1(c): É claro que é possível, como assinala Strawson em 1(c), rejeitar a teoria das descrições de Russell e, no entanto, sustentar uma teoria alternativa de acordo com a qual a falha radical de referência tivesse como resultado um enunciado falso. Isto é assim desde o momento que reconhecemos que não há razões para supor que a teoria de Russell seja a única que pode ter estes resultados. Portanto, concordamos com Strawson que a rejeição da teoria de Russell não nos obriga a abraçar a teoria das lacunas veritativas. Muito diferente me parece, contudo, a afirmação de que

o reconhecimento de que a existência do objeto referido pela descrição definida se pressupõe e não se assevera nos usos desta última, não implica aderir à teoria da lacuna veritativa. Creio que, sem dúvida, implica isso se entendo a relação de pressuposição como é defendida por Strawson em (1952, p.175). Segundo o que é exposto nesta obra, um enunciado E pressupõe outro enunciado E' se e somente se a verdade de E é condição necessária da verdade ou falsidade de E'. Assim, se se produz uma falha radical de referência, E' que no caso que nos interessa é um enunciado existencial, não pode ser verdadeiro, e como sua verdade é condição necessária da verdade ou falsidade de E, parece que E não pode nesse caso ser nem verdadeiro e nem falso. Está claro que poderíamos ainda, neste caso, evitar cair na teoria da lacuna veritativa adotando um terceiro valor de verdade que seria tomado por aqueles enunciados que não são nem verdadeiros e nem falsos, contudo não parece ser isto o que Strawson estava pensando.

Observações a 2: Em (1979) Quesada expõe esta objeção de Strawson a Russell assinalando que a razão para a mesma reside em que uma negação de existência não contradiz uma oração como

(a) O atual rei da França é calvo.

O argumento de Strawson teria mais ou menos esta forma:

Como vimos nas páginas anteriores (a) implica, segundo a interpretação de Russell,

(c) Há na atualidade um rei na França

e portanto a negação de (c)

(f) Não há na atualidade um rei na França,

na medida em que contradiz a (c), deve contradizer a (a). Porém isto é falso. Não diríamos que (f) contradiz a (a), ou que a pessoa que afirma (f) está contradizendo aquela que afirma (a). Strawson sustenta, além disso, que (a) não é verdadeira e nem falsa, dado que (a) pressupõe (mas, não implica) (c), e (c) é falsa. No entanto, a negativa de Strawson de admitir que (c) é uma consequência lógica de (a) provém do fato de que se $\langle \{(a)\}, (c) \rangle$ é uma

implicação² da lógica bivalente clássica, então (a) é falsa se (c) o é e (f) parece implicar claramente que (c) é falsa; de maneira que (a) seria falsa se (f) fosse verdadeira e vice-versa. Assim (a) e (f) seriam contraditórias, o que segundo Strawson não está de acordo com nossas intuições.

Quesada, no entanto, assinala que a negação de uma oração pode ser de dois tipos: *assertiva* ou *refutativa*. Quando *negamos assertivamente*, afirmamos algo incompatível com a oração negada. Quando *negamos refutativamente* simplesmente rejeitamos a oração negada sem nada afirmar com isso.

Assim, a negação de (a) poderia ser:

(g) O atual rei da França não é calvo. (Negação assertiva.)

Ou

(h) Não é certo que o atual rei da França seja calvo. (Negação refutativa.)

Porém, como assinala Quesada, esta é precisamente a distinção proposta por Russell entre representações primária e secundária de uma descrição.

A saber:

(g') Há uma entidade que é agora o rei da França e não é calvo.

E

² Uma implicação possível para uma língua natural L de uma lógica ou sistema de lógica é um par ordenado $\langle G, A \rangle$, cujo primeiro membro é um conjunto de orações de L e o segundo uma oração de L; G e A são tais que a conjunção das orações do conjunto G implica intuitivamente a oração A, existindo, além disso, formalizações admissíveis de A e dos elementos de G no sistema em questão. Uma aplicação possível $\langle G, A \rangle$ é realmente uma aplicação de um sistema de lógica se, para toda a formalização admissível a de A e b de G, a é uma consequência neste sistema de b . Neste caso podemos dizer também que o sistema em questão dá conta (da correção) da inferência $\langle G, A \rangle$. (J. D. Quesada, 1979, pp.80-81).

(h') É falso que haja uma entidade que seja o rei da França e seja calva.

Quesada termina argumentando, no entanto, que na negação refutativa de (a) \neg , ou seja, em (h) – se diz algo que não somente é compatível com (f) senão que é trivialmente verdadeiro se (f) o é. Assim, pois, (f) implica intuitivamente (h). O último fato é o responsável de que a inferência de (f) para (g) seja intuitivamente incorreta. De modo que utilizando como formalizações de (g') e (h')

(d) $(\exists x) (Fx. (y) (Fy \leftrightarrow x=y). \neg Gx$

e

(e) $\neg(\exists x) Fx.(y) (Fy \leftrightarrow x=y). Gx$

respectivamente, e

(j) $(\exists x) Fx$

como formalização de (f) é possível dar conta da situação anterior sobre a correção da inferência de (h) a partir de (f) e da incorreção da de (g) a partir de (f) mediante a teoria russelliana das descrições.

De modo que, menos pelo fato de que do ponto de vista sintático o procedimento de formalização russelliano parece bastante estranho, a lógica habitual bivalente somada à teoria das descrições de Russell parece refletir a situação intuitiva. (Quesada, 1979, p.86).

Acredito, todavia, que esta argumentação de Quesada não pode ser considerada convincente. Na realidade, acredito que a força do argumento de Quesada reside em que considera (h') como uma paráfrase correta de (h). Suponho que Strawson se recusaria a admitir este último do mesmo modo que se recusou a admitir que “Existe um único indivíduo que é o atual rei da França e é calvo” é uma boa paráfrase de “O atual rei da França é calvo”. E como parece claro, admitir (h') como uma boa paráfrase de (h) é admitir também esta última paráfrase.

Referências

- Frege, Gotlob. 1892. "Über Sinn um Bedeutung". Versão espanhola in Simpson (1973), pp.3-27.
- Haack, Susan. 1980. *Lógica divergente*. Paraninfo, Madrid.
- Haack, Susan. 1982. *Filosofía de las lógicas*. Cátedra, Madrid.
- Quesada, J. D. 1979. "Presuposiciones referenciales y lógica trivalente". In: *Teorema*, vol. IX-1, Valencia, Espanha.
- Russell, Bertrand. 1905. "On denoting". *Mind*, XIV, pp.470-493. Versão espanhola in Simpson, 1973, pp.29-48.
- Russell, B. 1959. "Mr. Strawson on Referring". In: Russell, B. *My Philosophical Development*, pp. 238-245. Versão espanhola in: Simpson, 1972, pp.87-96.
- Simpson, Thomas Moro (Comp.). 1973. *Semântica filosófica, problemas y discusiones*. Siglo XXI Editores, Buenos Aires, Argentina.
- Simpson, Thomas Moro (Comp.). 1975. *Formas lógicas, realidad y significado*. Eudeba, Buenos Aires, Argentina.
- Strawson, Peter F. 1950. "On Referring". *Mind*, IX. Versão espanhola in: Strawson. 1983. pp. 11-39.
- Strawson, Peter F. 1952. *Introducción logical theory*. Methuen & Co., London, England.
- Strawson, Peter. 1964. "Identifying Reference and Truth Values". *Theoría*, XXX. Versão espanhola in: Strawson. 1983. pp.90-112.
- Strawson, Peter F. 1983. *Ensayos lógico-linguísticos*. Tecnos, Madrid, Espanha.
- Whitehead e Russell. 1962. *Principia mathematica* to * 56, Cambridge University Press.